2700

Brasília, setembro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

UM PANORAMA DO TRABALHO REMOTO NO BRASIL E NOS ESTADOS BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Geraldo Sandoval Góes
Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. *E-mail*: <geraldo.goes@ipea.gov.br>.

Felipe dos Santos Martins
Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea. *E-mail*: <felipe.martins@ipea.gov.br>.

José Antônio Sena Nascimento
Pesquisador do Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (Cetem/MCTI). *E-mail*: <jasena@cetem.gov.br>.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2700

Com a crise sanitária provocada pela covid-19, o distanciamento social foi uma das primeiras medidas adotadas para a redução de disseminação da doença no país. Se por um lado, essa medida diminui a circulação de pessoas reduzindo, assim, a probabilidade do contágio, por outro, reduz a atividade econômica e impacta a atuação das pessoas no mercado de trabalho. Para uma parcela da população, ocupada em afazeres específicos, foi possível continuar exercendo suas atividades laborais de forma remota.

Essa medida foi adotada tanto no Brasil quanto em diversos outros países, porém não havia, na grande maioria dos casos, muitos dados que permitissem o devido acompanhamento desse contingente de pessoas trabalhando de forma remota. Para contornar esse problema, alguns estudos foram realizados estimando a quantidade de pessoas ocupadas em atividades passíveis de serem realizadas de forma remota. Somado a isso, ao longo da pandemia no Brasil, surgiu a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, uma pesquisa emergencial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de realizar um levantamento complementar ao da PNAD Contínua sobre o mercado de trabalho e saúde dos brasileiros.

Dito isso, este texto para discussão tem como objetivos avaliar o potencial de ocupações passíveis de serem realizadas de forma remota no período imediatamente anterior à pandemia no Brasil, segmentado pela Unidade Federativa (UF), e realizar um retrato do que efetivamente foi observado em termos de pessoas trabalhando de forma remota devido à pandemia da covid-19 no país e nas UFs ao longo de 2020. Para isso, são utilizados os dados da PNAD Contínua do final de 2019 e da PNAD Covid-19 para todos os meses de sua realização.

Para contemplar o primeiro objetivo, o estudo se baseia em uma metodologia internacional adaptada para a metodologia da PNAD Contínua. O resultado mostra que cerca de um quinto dos trabalhadores estava em ocupações passíveis de serem realizadas de forma remota, ainda que existem diferenças entre as UFs. Somado a isso, ao relacionar o produto interno bruto (PIB) *per capita* com o potencial de teletrabalho de cada UF, tem-se o mesmo diagnóstico encontrado na literatura internacional, uma correlação positiva entre as variáveis.

Além disso, muito em função da pronta resposta do IBGE em fornecer uma pesquisa com um acompanhamento do mercado de trabalho na pandemia da covid-19, foi possível acompanhar o contingente de pessoas efetivamente trabalhando de forma remota no país ao longo de 2020. Os resultados apontam que, para os meses iniciais da pesquisa, cerca de 13% das pessoas ocupadas e não afastadas exerceram suas atividades de forma remota, e que esse percentual foi gradualmente reduzido ao longo dos meses de 2020, chegando a 9% em novembro, último mês da pesquisa.

Novamente, o resultado é bastante distinto ao se observar cada UF, contudo mantém-se a correlação positiva com o PIB *per capita*.

De maneira complementar, foram identificados o perfil dessas 7 milhões de pessoas em trabalho remoto no país e os principais fatores correlacionados às chances desses indivíduos estarem realizando suas atividades de forma remota. Quanto ao primeiro, nota-se que são compostas principalmente por mulheres, brancas, com escolaridade de nível superior completo, idades entre 30 e 39 anos, ocupadas no setor formal em atividades de serviços, ou no setor público, na região Sudeste do Brasil, e que, apesar de serem 9,2% da população ocupada e não afastada do país em novembro, foram responsáveis por 17,4% da massa de rendimentos gerada via trabalho.

Já acerca das estimativas, os dados apontam que esse perfil dominante se correlaciona às chances de estarem em trabalho remoto. Isto é, mulheres, brancas, com escolaridade de nível superior completo, trabalhando no setor público, com vínculo formal e na região Sudeste possuem mais de chance de conseguirem exercer suas atividades laborais de forma remota.